



LUTAS EM MOVIMENTO: PETROS, DESMONTE DA PETROBRÁS E MANUTENÇÃO DE DIREITOS



Petroleiros ativos e aposentados realizaram no dia 4 de abril um ato em frente ao EDISEN, Centro do Rio, em que protestaram contra o desmonte do sistema Petrobrás cuja direção, comandada por Pedro Parente, já opera um conjunto de medidas como:

A hibernação de duas fábricas de fertilizantes, as FAFENs da Bahia e Sergipe; a venda de 25% do refino no Brasil representadas pelas refinarias Alberto Pasquallini (RS) e Landulpho Alves (BA), além das respectivas redes de dutos e terminais; venda de blocos do pré-sal e de campos de bacias de alta produtividade (Campos e Santos); a retirada de direitos de trabalhadores ativos e aposentados do sistema; desmonte do fundo de pensão Petros, impondo um equacionamento de R\$27,7 bi; desmonte da AMS e Benefício Farmácia.

E para atualizar o "Feirão do Parente", pois a cada semana temos o anúncio da venda de algum ativo, segundo informações do jornal Correio do Estado, o

grupo russo Acron comprou a unidade inacabada (82% concluída) da FAFEN (UFN 3) de Mato Grosso do Sul, localizada na cidade de Três Lagoas.

O Brasil é o 4º maior consumidor de fertilizantes do mundo. Vale lembrar que Pedro Parente conhece bem o setor de agronegócio, pois entre os anos de 2010 e 2014 foi o principal executivo da Bunge no Brasil, gigante multinacional holandesa do agronegócio que tem o seu controle acionário pulverizado na Bolsa de Valores de Wall Street em mãos de empresas e fundos americanos.

"Essa luta contra o desmonte é de todos os petroleiros e brasileiros, pois a Petrobrás é uma empresa do povo brasileiro. A empresa não foi criada em gabinete, ela foi criada na rua em uma luta que durou muitos anos com a campanha do "Petróleo é Nosso". Se essa companhia existe como um gigante que gera milhares de empregos e que contribui para o desenvolvimento do país, isso foi graças

à mobilização da população. E agora essa mesma população precisa se mobilizar novamente para que o Pedro Parente e seu grupo tirem as mãos da Petrobrás!" - disse o petroleiro aposentado Silvio Sinedino, presente no ato.

O ato também exigiu a saída do presidente da Petros, Walter Mendes, que ao assumir em fevereiro de 2017, a direção do fundo de pensão, encontrou um déficit de R\$ 22 bi, e que agora, cobra dos ativos e inativos um equacionamento de quase R\$ 28bi, sem antes cobrar as responsabilidades das patrocinadoras e das gestões anteriores da própria Petros.

Destroem a Petrobrás com a privatização e a enfraquecem com o equacionamento, atacando o seu principal ativo: os trabalhadores. Resta defender a Petrobrás e a Petros, pois não existe Petros sem uma Petrobrás integrada e forte.

AGENDA DE LUTAS

| | |
|-------------|---|
| 5ªf - 19/04 | Plenária de Lutas (em construção) |
| 3ªf - 01/05 | Dia Internacional de Luta do Trabalhador |
| 4ªf - 02/05 | Reunião de Aposentados - Angra dos Reis |
| 5ªf - 03/05 | Reunião Nacional dos Petroleiros (em construção) |
| 6ªf - 04/05 | Ato Nacional no EDISEN (Petros - em construção) |
| 3ªf - 08/05 | Reunião de Aposentados - Sistema Petrobrás |
| 13 a 19/05 | III Congresso Internacional de Aposentados - Itália |

PLENÁRIA DE LUTAS

O colegiado da diretoria do Sindipetro-RJ aprovou uma resolução para articular uma plenária no próximo dia 19 de abril para, com outros sindicatos, associações e movimento social, discutir a crise político econômica do Estado do Rio de Janeiro e a atual conjuntura de desmonte das estatais, e claro, da Petrobrás. A ideia também é relançar a campanha 'Todo o Petróleo Tem que ser Nosso' pela defesa da Petrobrás 100% estatal e do monopólio da empresa na exploração dos hidrocarbonetos.

APOSENTADOS: AÇÕES E PARTICIPAÇÃO

Equacionamento do Plano Petros é debatido em assembleia e aposentados elegem Comissão de Base

Na última terça (3) foi realizada uma assembleia dos aposentados no auditório do Sindipetro-RJ que entre as principais atividades contou com apresentação de um informe sobre as ações contra o equacionamento do Plano Petros, com um balanço feito pelo conselheiro fiscal da fundação, Paulo Brandão.

“Está existindo uma série de conflitos em decisões do judiciário sobre essa questão por conta da abrangência das liminares e embargos. São decisões favoráveis ao nosso pleito de suspensão da cobrança extraordinária através do formato de Ação Civil Pública (ACP), conforme foi acordado em nosso Fórum de Defesa do Plano Petros. O problema é que esses deferimentos acabam por ter validade restrita aos municípios por conta de uma decisão do STF emitida pelo ministro Marco Aurélio Mello que interpreta que uma ACP tem limitações de circunscrição

territorial, e isso acaba por embasar decisões de juízes que não estão considerando a abrangência das associações nacionais como AEPET e FENAS-PE, assim como regionais de sindicatos estaduais como, por exemplo, o Sindipetro AL/SE.” – explicou Brandão.

Essa situação explica porque liminares obtidas como do sindicato dos petroleiros de Caxias-RJ não beneficia aos petroleiros residentes no município do Rio de Janeiro.

O Sindipetro-RJ ainda aguarda deferimento de sua ACP, após a mesma ter sido encaminhada ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para emissão de parecer.

Comissão de Base

Também na assembleia foi eleita a Comissão de Base dos Aposentados que escolheu 10 integrantes, sendo cinco titulares e cinco suplentes.

Titulares: Gilberto Ramos Jr., Antonio Peçanha, Maria José (Zezé), Sergio Castelanni e Haroldo Ferreira

Suplentes: José Francisco, Antonio

Quintanilha, Cesar Augusto, Wagner Bastos e Tavares

Suspensão de empréstimos

Após assembleia um grupo de aposentados e trabalhadores do sistema Petrobrás realizou um ato em frente ao EDISE em protesto contra o equacionamento do déficit de R\$27,7 bi proposto pelas direções da Petrobrás e Petros do Plano Petros I. O desconto em folha de empréstimos consignados foi suspenso, mas estão sendo cobrados através de boletos, como afirma o diretor do Sindipetro-RJ, Roberto Ribeiro, presente ao ato.

“Não dá para admitir que de repente a Petros mexa em nossos benefícios e suspenda por seis meses os empréstimos consignados que estamos pagando em folha, nos fazendo pagar esses mesmos empréstimos através de boletos de cobrança bancária, para implantar na marra esse desconto extraordinário em folha. Eles fazem isso para terem margem em nosso contracheque para já cobrarem os quase R\$28 bi de rombo no plano” – afirmou Roberto Ribeiro.

CISÃO DO PLANO PETROS: É BOM PARA QUEM?

Reproduzimos nesta edição parte do texto de Ronaldo Tedesco, publicado no Blog dos Conselheiros da Petros, que esclarece sobre a proposta de cisão do Plano Petros diante do atual quadro de equacionamento do PPSP.

Sem rodeios, a FUP culpa os petroleiros que não repactuaram seus direitos pelo déficit técnico do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP) que supera R\$ 30 bilhões.

Primeiro, é importante entender que o déficit técnico do PPSP tem distintas e importantes componentes:

- Falta de contribuições das patrocinadoras entre abril de 1978 e janeiro de 1981 que contribuiu para a falta de acumulação do plano em sua fase de capitalização;
- As alterações no passivo atuarial (ou seja, o crescimento “imprevisto” dos compromissos da Petros com o pagamento de benefícios concedidos e a conceder) e a falta de gestão desses compromissos através de um acompanhamento isento e criterioso dos mesmos;
- As perdas e alterações nos ativos da Petros (ou seja, as perdas com investimentos, a precificação errada,

o descontrole da gestão dos investimentos, utilização do nosso patrimônio para execução de projetos políticos, as denúncias de corrupção etc.);

- A falta de avaliação e mensuração das possíveis dívidas das patrocinadoras do plano promovidas por uma “política” de Recursos Humanos errática na Petrobrás (concessão de níveis salariais, acordo de níveis, aceleração de carreiras, RMNR, PCAC etc.);
- A falta de cobrança de dívidas provenientes do processo de cisão do plano na década de 2000, com as privatizações das empresas Petroflex, Nitriflex, PQU, Copesul, Cope-ne etc;
- A concessão de benefício a uma submassa do Plano (Grupo 78/79) sem a cobrança dos valores calculados pela perita judicial para que a mesma fosse realizada;

- A contratação de três dívidas das patrocinadoras com o PPSP (FAT/FC, Pré-70 e Diferença de Pensão) através de contratos mal feitos, que estão retirando liquidez do plano e nesse momento de déficit técnico prejudicam o PPSP de maneira severa (falta de cobrança dos impactos atuariais pós 2001 no TCF do FAT/FC e não reflexo das perdas dos ativos do plano no cálculo do Ajuste Atuarial dos TCFs dos Pré-70 e Diferença de Pensão);

Portanto, o contingente judicial derivado das ações jurídicas impetradas por assistidos do PPSP que se julgam prejudicados pelo reajuste de seus benefícios terem sido realizados sem acompanhar os salários dos ativos da patrocinadora é uma parte do déficit técnico atual, mas está longe, muito longe, de ser a causa do mesmo. A causa desse impacto é a não cobrança às patrocinadoras de seu compromisso regulamentar conforme o Artigo 48,



inciso IX, que lhes confere total responsabilidade sobre essa parte do déficit.

As ações foram movidas por repactuados e não repactuados, indistintamente, através de seus sindicatos ou de forma independente, por todos que se consideraram prejudicados pelo reajuste a menor que seus vencimentos sofreram, **desde antes do processo de repactuação.** Ou seja, imputar essa questão aos não-repactuados é, no mínimo, leviano e irresponsável.

Em relação aos níveis, tanto repactuados, como não repactuados conquistaram na justiça o direito ao reajuste de seus benefícios baseado nos artigos 41 e 42 e na cobertura do artigo 48, inciso IX. Essa conquista foi inclusive o motivo do chamado acordo de níveis entre a Petrobrás e os sindicatos, concedendo para quem não entrou com as ações o mesmo direito. Essa cláusula do ACT é, segundo foi acordado pela FUP, sem custo para a Petrobrás. Ou seja, com custo para todos nós.

Em relação a RMNR e ao PCAC, temos visto que os repactuados não têm obtido sucesso judicial, justamente por terem aderido à repactuação. E os não repactuados tem iniciado uma disputa, agora na justiça comum, que ainda não definiu ou consolidou um posicionamento a favor ou contrário. Mas, tudo isso, a FUP sabe. Seu representante no CD da Petros não somente se posicionou contrário ao PED, como também registrou em ata sua concordância com os itens “c” a “i” de nosso parecer, que colocava os aspectos de gestão do plano como preponderantes para nosso posicionamento contrário ao PED do PPSP que foi aprovado.

A FUP apoia a cisão do PPSP

Na verdade, a questão tratada pelo artigo da FUP é sobre a cisão do PPSP que aconteceu, como afirmou a FUP, “após anos de reivindicações da FUP, que sempre defendeu a divisão das massas do Plano Petros-1.

A FUP aprovou, com os conselheiros das patrocinadoras, no Conselho Deliberativo da Petros essa proposta, baseada num parecer técnico atuarial que sustentava a ideia de um “subsídio cruzado” entre as submassas de repac-

tuados (75%) e não repactuados (uma das massas consumindo recursos financeiros sistematicamente da outra submassa).

Ocorre que o atuário não conseguiu comprovar que esse “subsídio cruzado”, de fato, exista. Um estudo realizado pelo GDPAPE, uma das organizações que compõem o Fórum em Defesa da Petros junto com a FENASPE e a FNP, demonstra que tal hipótese não se confirma.

Em outros estudos temos verificado que o subsídio cruzado tem sido mantido há anos entre as submassas de Pré-70 e Pós-70, onde, sistematicamente, a submassa dos Pós-70 tem garantido a liquidez e agora também a solvência da submassa dos Pré-70. Não há, até hoje, qualquer estudo da Petros para se verificar esse subsídio cruzado que, em nossa opinião, está comprometendo decisivamente os resultados do PPSP. E qual o motivo? Essa situação beneficia claramente as patrocinadoras do PPSP. Em prejuízo de todos nós. Nossas solicitações de que o Conselho Deliberativo da Petros determine a realização desse estudo tem sido ignorada pelo Conselho e pela Diretoria da Petros.

Há uma pressa em promover a cisão entre repactuados e não repactuados. Mas não existe qualquer vontade em verificar se há subsídio cruzado entre Pré-70 e Pós-70.

As razões da FUP

Ao fazer essas afirmações, a FUP esconde tudo o que aconteceu nos últimos 16 anos na Petros e na Petrobrás. E ignorar o passado é a única forma de continuar defendendo a cisão.

A FUP precisa negar ou esquecer que durante a última década e meia esteve à frente da nossa Fundação e foi responsável direta ou indireta por todos os elementos acima citados que formaram o déficit técnico do PPSP. Inclusive a falta de avaliação dos impactos atuariais, falta de cobrança dos regressos judiciais, falta de cobrança das contribuições das patrocinadoras, maus investimentos, investimentos suspeitos de problemas morais, fechamento de acordos coletivos de trabalho “sem custo para a Petrobrás” e um longo etc.

Mais fácil para aquela federação colocar a culpa naqueles participantes que

lutam e defendem seus direitos. Acusá-los de serem os responsáveis por tudo o que está acontecendo é um desdobraimento natural de quem não reconhece seus erros.

A cisão acabará com nosso plano

Continuamos a defender que, apesar dos enormes erros da FUP à frente da gestão da Petros, a decisão de fazer esse equacionamento do jeito que foi aprovado obedece uma lógica da patrocinadora e do atual governo em acabar com o nosso plano. É parte dos ataques que a Petrobrás está sofrendo desde sua alta administração em comum acordo com os ditames do Governo Temer, se aproveitando dessa conjuntura defensiva em que os trabalhadores ainda se mantêm paralisados para reduzir o passivo previdenciário da companhia.

Em relação aos repactuados, a cisão em dois planos consolidará a perda do direito ao artigo 48, inciso IX, retirando definitivamente das Patrocinadoras qualquer responsabilidade integral por alguma parte do déficit do novo plano PPSP-R.

Por outro lado, o plano PPSP-NR, dos não repactuados, restará inviabilizado dado que o número total de não repactuados do PPSP é da ordem de 25%. Mas entre os Pré-70, esse número sobe para 56%. Isso significará que, mantida a metodologia empregada pela Petros na elaboração do PED do PPSP, o PPSP-NR ficará inviável, pois o número de participantes assistidos que deverá dividir o déficit técnico do futuro PED do PPSP-NR será proporcionalmente muito menor.

Por último, é preciso dizer que temos envidado esforços para construir uma unidade decisiva nessa luta em defesa da Petros e dos direitos dos participantes e assistidos da Fundação. Mas como construir uma unidade útil aos trabalhadores com esse tipo de contradição?

O apoio à cisão do PPSP significa apoiar a inviabilidade do mesmo e sua extinção. Essa é a essência do que a FUP comemora em seu artigo.

** Ronaldo Tedesco é Conselheiro Deliberativo da Petros e membro do Grupo de Trabalho sobre o PED do PPSP*

SEM ALIMENTAÇÃO E COM SALÁRIO REDUZIDO

Trabalhadores de turno do CENPES têm desconto indevido

Após a polêmica que envolveu o fornecimento de alimentação *in natura* ou o tíquete, uma grande quantidade de trabalhadores de turno do Cenpes/CIPD agora foi surpreendida ao verificar que em seus respectivos contracheques de 25 de março ocorreram descontos indevidos e não tiveram seus respectivos 'Vale Refeição' carregados neste mês de abril.

Ao invés de abater esses valores utilizados nos créditos já regularizados no próprio cartão Sodexo, a Petrobrás resolveu descontar diretamente nos contracheques associados ao código '9VDR' desses trabalhadores.

Ainda para todos os trabalhadores existem casos de descontos referentes ao recálculo a partir de março, retroativo a fevereiro, da gratificação

de férias e de eventual abono pecuniário pagos no período.

Por isso, através de um ofício /carta, o Sindipetro-RJ solicitou à gerência de RH da Petrobrás uma reunião para esclarecimentos da situação e tratamento dos casos.

Por enquanto, de forma lacônica, a direção da empresa se limitou a responder que irá efetivar no dia 11 de abril, o crédito de R\$1.318,34 dividido nos percentuais de opção de cada empregado referente ao mês de abril. E que em 25 de abril fará complementação de valores no Vale Alimentação e Vale Refeição referente ao mês de maio.

O Sindipetro-RJ reforça a necessidade da reunião para negociar as devoluções.

MACHISMO NA PROMOÇÃO PREMMIA

Na última quarta-feira dia 4 de abril, a Petrobrás promovia campanha de lançamento do aplicativo 'Premmia' em sua sede no EDISEN.

Chamou atenção a presença de somente mulheres contratadas como promotoras. O que nos levou a alguns questionamentos: Por que nesta ação de promoção de lançamento do aplicativo 'Premmia' só tinham mulheres? A Petrobrás julga que só homens dirigem carros? É justa e equânime essa postura da empresa?

Há muito tempo, a Petrobrás realizou debates para que suas campanhas midiáticas seguissem suas orientações ético/corporativas, tais como não promover machismo e desrespeito à diversidade.

Esse tipo de tratamento, muitas vezes reproduzido por empresas de cerveja na televisão, deveria ser abolido pela Petrobrás, afinal isso é totalmente incompatível com uma empresa que recebe o selo de equidade de gênero e raça.

Será que isso foi obra do gerente de Comunicação e Marcas, indica-

do por Temer e Parente, que já trabalhou para a equipe de Fórmula 1 McLaren, com a qual recentemente a direção da Petrobrás divulgou contrato de patrocínio?

Como podemos ver nas transmissões de eventos esportivos na televisão, o automobilismo é notadamente um seguimento que abusa desse tipo de marketing promocional, que faz uso apelativo da imagem de mulheres sensuais em trajes mínimos nos *padocks*.

Isso pode ser considerada mais uma obra do Parente que cortou a subcomissão de diversidade e do Temer, que também realizou vários cortes nas verbas destinadas às secretarias de Direitos Humanos.

A Petrobrás implementa um retrocesso se for esse o caminho que escolhe. Podemos fazer propagandas sem ofender setores marginalizados pela sociedade, respeitando cada trabalhador e toda a diversidade da categoria petroleira. Esperamos que o novo gerente indicado tenha feito o curso de ética e não mais se repitam situações como essa.

TEATRO COM DESCONTO

Petroleiros e petroleiras sindicalizados têm direito a meia entrada para assistir ao espetáculo teatral "O trabalho que (não) é sonho", que estará em cartaz nos sábados de abril (14,21 e 28), às 17h30, no Centro Cultural Laurinda Santos Lobo (Rua Monte Alegre, 306 - Santa Teresa). Também haverá sorteio de ingressos entre os filiados que se inscreverem através do e-mail contato@sindipetro.org.br. O espetáculo narra as dificuldades em busca de um trabalho artístico crítico na atualidade diante do desmonte da cultura, da precarização profissional e da mercantilização da arte. O Sindipetro-RJ apoiou a Companhia Teatral cedendo o auditório da entidade para ensaios.



sindipetro.org.br/fliacao

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21) 3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinicius | (21)3034-7307/7337 |

Edição e Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gulas. |

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Fotos:** Samuel Tosta. **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 3.000